

Análise Teológica – Capítulo 5.

Atividade entregue ao Pr. Moisés Vieira, para matéria de Hermenêutica do 2.º Semestre de 2007.

A pergunta fundamental na análise teológica é: "Como esta passagem se enquadra no padrão total da revelação de Deus?" De imediato se evidencia que primeiro devemos responder a outra pergunta, a saber: "O que é o padrão da revelação de Deus?" Esta pergunta prévia é tão importante, e feita com tão pouca freqüência.

Sistemas Teoréticos Representativos

Teoria Dispensacional.

A palavra "dispensacionalismo" não se encontra na edição revista e ampliada do dicionário do professor Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Quanto ao termo dispensação, o mesmo diz, entre outras coisas, que "entre os protestantes, é um período em que o indivíduo é experimentado quanto à sua obediência a alguma revelação especial da vontade de Deus."

Dispensacionalismo: De acordo com o Conciso Dicionário de Teologia Cristã, "dispensacionalismo é um sistema de interpretação bíblica e teológica que divide a ação de Deus na história em diferentes períodos que são por ele administrados em bases diferentes. Envolve uma interpretação literal da Escritura, uma distinção entre Israel e a Igreja e um a escatologia pré-milenista e pré-tribulacionista". Esse sistema distingue períodos na história, nos quais Deus teria apelado para várias formas de agir. "A idéia básica, nesse caso, é que Deus tem tentado vários métodos que não têm sido bem sucedidos. Cada método, ou dispensação, teria sido abandonado totalmente, antes do método seguinte ser experimentado, de tal modo que as prescrições divinas para uma dispensação não são válidas na próxima dispensação. Por sua vez a teologia dos pactos se opõe a essas mudanças radicais nos métodos divinos.

Dispensação : "O termo faz referência à mordomia ou à administração de tarefas. No sistema teológico conhecido como dispensacionalismo refere-se a um período de tempo no qual Deus lida com a raça humana de um modo distinto".

O termo em português "dispensação", veio do latim "dispensatio". Seu sentido original é "administrar". O uso do vocábulo no contexto em que o estamos estudando foi popularizado pelas anotações da Bíblia de Scofield, sendo depois amplamente utilizado e questionado por muitos teólogos.

O termo grego traduzido como dispensação, ou administração, ou mordomia, é "oikonomia.". Ele ocorre nos seguintes textos do Novo Testamento: I Cor.9:17 ; Ef.1:10 ; Ef. 3:2,9 ; Col.1.25 ; Lc.16:2-4. Nos melhores textos gregos, em I Tim.1:4, oikodomen é traduzido por "edificação". Portanto, essa palavra é usada no Novo Testamento em dois sentidos diversos. No primeiro sentido, uma administração de qualquer tipo. No segundo sentido, um tipo específico de administração divina que se prolonga por algum período de tempo, de tal modo que aquele período é chamado "dispensação". Os diversos intérpretes pensam poder descobrir um maior ou menos número desses períodos ou dispensações. Scofield descobriu nada menos que sete dispensações. O conceito de dispensacionalismo tornou-se um conceito normativo em certos sistemas, como se isso desse ao estudioso da Bíblia a capacidade de dividir corretamente a palavra de Deus. Muitos outros intérpretes, porém, têm objetado aos abusos desse sistema, ao mesmo tempo em que têm reconhecido algum valor no mesmo. O chamado hiperdispensacionalismo corta o Novo Testamento em pedaços, conferindo à

Igreja Cristã, como Escrituras autoritárias quanto à doutrina cristã, somente as sete epístolas paulinas chamadas "da prisão". No entanto, o evangelho de Mateus, por exemplo, foi escrito pelo menos trinta anos depois da eclosão do movimento cristão, que se deu imediatamente após a crucificação e a ressurreição de Jesus. O que não pode ser negado, contudo, é que há uma revelação progressiva dentro do próprio Novo Testamento. Temos de reconhecer que várias doutrinas passaram por um processo de desenvolvimento e desdobramento, tendo havido elaboração e até mesmo, quem sabe, substituição. Mas isso nada tem a ver com a idéia defendida pelo dispensacionalismo.

Os teólogos dos pactos vêem o pacto da graça como o grande princípio orientador das ações divinas, como a idéia que unifica as Escrituras. Nesse contexto, pois, a palavra "dispensação" torna-se uma descrição das maneiras particulares pelas quais Deus manifesta os seus pactos; e, segundo alguns desse intérpretes, isso incluiria épocas distintivas de tais manifestações.

Alguns teólogos dos pactos estão tão presos à sua maneira de estudar a teologia que nem ao menos distinguem entre o Antigo e o Novo Testamento. A Bíblia inteira seria um grande pacto, e Deus estaria desenvolvendo-o ao longo das Escrituras, de Gênesis ao Apocalipse. Esses falam em Antigo e Novo Testamento, mas não fazem deles dispensações. Um nome que pode ser lembrado quanto a essa posição é Buswell (Systematic Theology of the Christian). Outros escritores, como Louis Berkhof, falam em duas dispensações: a Antiga e a Nova. Hodge dá margem a várias dispensações: de Adão a Abraão; de Abraão a Moisés; de Moisés a Cristo; e de Cristo até o fim. Não obstante, em todos esses casos, a nota dominante é a idéia do pacto. As dispensações, para esses sistemas, seriam apenas meios para a concretização dos pactos.

USOS BÍBLICOS DO TERMO

1 - Uma dispensação apontaria para os caminhos de Deus, os métodos através dos quais ele opera e trata com os homens. Todas as passagens bíblicas que abordam o tema teísta, e que são por demais numerosas para serem alistadas, também abordam esse aspecto do dispensacionalismo. Isso aponta para a presença de Deus, que guia os atos pessoais e os acontecimentos históricos, com suas revelações, intervenções, recompensas, castigos e instruções.

2 - Uma dispensação aponta para as provisões divinas quanto à própria natureza, sustentando-a e guiando-a (Rm.8:17 ; 11:36 ; Col.1:16).

3 - Uma dispensação também pode ser uma missão especial conferida a alguém dentro da obra do evangelho (Col.1:25). Uma mordomia torna-se uma missão divina que alguém precisa cumprir. Todos os homens, em certo sentido, finalmente terão de participar nisso, porquanto cada indivíduo tem um destino distinto.

Teoria Luterana

Ao abordar o assunto de Lutero e a Bíblia, nós verificamos que ele conseguiu derrubar as confissões católico-romanas. A razão porque conseguiu fazer isso é que essas confissões de fé eram baseadas na tradição humana e não eram de acordo com as Sagradas Escrituras. É importante observarmos como a Bíblia tinha se perdido gradativamente e como a Igreja tinha adquirido grande poder e riqueza. Esse poder e riqueza tinham resultado em corrupção, assim como o papado e o clero se tornaram corruptos.

Existem 8 escândalos que ilustram a corrupção a que chegara a igreja católica romana:

1. O escândalo do menino papa. Ele tinha 12 anos e acabou se revelando uma "besta maligna", vendendo o papado por uma oferta "gorda" em dinheiro (Sec. XI).

2. O papa Inocêncio VIII, no século XIII. Era pai de 16 filhos ilegítimos e ordenou a execução dos Valdenses que criam verdadeiramente na Bíblia.

3. O escândalo do Cisma Papal. Século XIV e XV. Três papas reivindicavam a autenticidade do seu papado. Onde fica a infalibilidade papal?

4. O escândalo da imoralidade. O celibato não funcionava de fato. Em I Tm.3:4 lemos que essa doutrina do celibato é do diabo. Todos sabiam que os sacerdotes eram imorais; era um escândalo dos maiores.

5. O escândalo da idolatria. Eles conferiam às relíquias um poder supersticiosamente grande e da mesma forma aos ídolos. Isso pode ser observado em catedrais e igrejas romanas ainda hoje. Pessoas indo de santo em santo, de ídolo em ídolo para rezar e dando homenagem especial à Maria.

6. O escândalo das guerras das Cruzadas. A maior relíquia era a cidade de Jerusalém que estava em poder dos muçulmanos e então foram organizadas guerras, que tiveram o nome de cruzadas onde milhares de pessoas foram exterminadas. Perguntamos: desde quando Jesus nos mandou sair matando pessoas? Isso era uma coisa sem precedentes. A população muçulmana ainda não se recuperou deste trauma. É uma mancha tremenda na história da Igreja.

7. O escândalo da Inquisição. Thomas Tacomado foi o chefe da Inquisição na Espanha e fez com que 10 mil pessoas fossem queimadas, presas a um poste. Procurava aliciar judeus sem nenhum escrúpulo, para se tornarem cristãos. Desde quando Jesus mandou que nós deveríamos forçar pessoas a se tornarem cristãs na base da espada? Será que Jesus sugeriu que nós deveríamos ameaçar as pessoas de serem queimadas vivas se não se tornassem cristãs? Isso foi algo terrível!

8. As Indulgências. A salvação comprada por dinheiro nos leva a Lutero e à Reforma. Ele sentiu-se ofendido com Tetzal e a venda de indulgências. Tetzal era o mais talentoso vendedor de indulgência. O dinheiro arrecadado era dividido com os banqueiros da época e com o papa, mas uma parte fica para o próprio Tetzal. Desta forma Lutero conseguiu ver que as almas estavam sendo enganadas quanto à salvação. Desde quando podemos comprar salvação com dinheiro? Isto foi o que proporcionou o pontapé inicial da Reforma.

Na Reforma nós encontramos 3 eventos principais:

1. As 95 teses de 1517. Foi o protesto contra as indulgências.
2. A queima das leis (bulas) católico-romanas. Isso aconteceu quando Lutero foi excomungado pelo papa em 1520.
3. A posição firme de Lutero diante do Rei Carlos V em 1521.

Teoria das Alianças

Aliança significa pacto, acordo, ajuste, concerto. Teologicamente, diz respeito a concerto entre Deus e o seu povo. O Antigo Testamento é chamado Antiga Aliança,

e o Novo Testamento, Nova Aliança. O nosso Deus é Deus de alianças. Através delas, Ele, pelo seu imenso amor, nos dá a garantia de muitas bênçãos, se houver fé e obediência. A iniciativa do concerto sempre foi de Deus, que estabelece as condições. Vejamos:

CONCERTO COM ADÃO

A primeira aliança Deus fez com Adão e Eva, no Éden: deu-lhes a Terra e pleno domínio sobre os animais; deu-lhes fartura de alimento, abençoou-os e disse-lhes que deveriam frutificar e multiplicar. Mas estabeleceu condições: Não deveriam comer do fruto da árvore da ciência do bem e do mal. O princípio da obediência estava criado. Se comessem da árvore proibida, morreriam. Desobedeceram, quebraram a aliança, e experimentaram imediatamente a morte moral e espiritual, e, depois, a morte física. Convém lembrar que em todos os concertos há promessas de bênçãos, mas há a contrapartida da fé e fiel obediência. (Gênesis 1.27-30; 2.16-17; 3.2-20). Aliança adâmica ou edênica é como é conhecida a aliança com Adão.

CONCERTO COM NOÉ

Após o dilúvio, do qual se salvaram Noé e sua família, num total de oito pessoas (Gênesis 7.13), Deus falou: "Convosco estabeleço o meu concerto, que não será mais destruída toda carne pelas águas do dilúvio e que não haverá mais dilúvio para destruir a terra". Como sinal perpétuo dessa aliança Deus deixou o arco sobre as nuvens, conhecido como arco-íris. (Gênesis 9.11-17). Chamada aliança noética.

CONCERTO COM ABRAÃO

O concerto entre Deus e Abraão - aliança abraâmica - foi chamado "concerto perpétuo", porque extensivo às gerações vindouras e já apontando para o Reino Eterno de Cristo (Gênesis 17.7). Como parte da aliança Deus prometeu fazer de Abraão uma grande nação, e abençoar todas as famílias da terra através dele (Gn 12.2-3); dar a terra de Canaã aos seus descendentes, que seriam grandemente multiplicados: "E te farei frutificar grandissimamente e de ti farei nações, e reis sairão de ti" (Gn 12.7,15; 13.16; 15.5; 17.2,6,7,8,9). O concerto foi feito com Abrão, nome mudado por Deus para Abraão (pai da multidão) (Gn 17.39). Como parte da aliança, Abraão deveria circuncidar todos os machos, filhos e servos sob sua autoridade, como selo do concerto, e de aceitação de Deus como Senhor (Gn 17.10-14, 23). Deus prometeu estender a aliança a Isaque, o filho da promessa que iria nascer (Gn 17.16,19).

CONCERTO COM ISAQUE

Os termos da aliança foram renovados em Isaque: "Serei contigo e te abençoarei... multiplicarei a tua semente como as estrelas dos céus e darei à tua semente todas as terras. E em tua semente serão benditas todas as nações da terra. Eu sou o Deus de Abraão, teu pai. Não temas, porque eu sou contigo, e abençoar-te-ei, e multiplicarei a tua semente por amor de Abraão, meu servo" (Gn 26.2-5,24).

CONCERTO COM JACÓ

"Eu sou o SENHOR, o Deus de Abraão, teu pai, e o Deus de Isaque. Esta terra em que estás deitado te darei a ti e à tua semente. E tua semente será como o pó da terra... e em ti serão benditas todas as famílias da terra" (Gn 28.13-14). As alianças de

Deus com seu povo provam que Ele é fiel à sua palavra. Para recebermos as bênçãos prometidas, fé e obediência são indispensáveis.

CONCERTO COM OS ISRAELITAS

Passados uns três meses da saída do Egito, Deus falou ao seu povo através de Moisés, ao sopé do monte Sinal (Horebe), para, basicamente, renovar e relembrar os termos do concerto com Abraão, Isaque e Jacó: a) a terra de Canaã seria deles; b) Deus seria o único Deus de Israel; o povo assumiria o compromisso de guardar suas leis e mandamentos; c) seriam castigados em caso de desobediência (Êxodo 6.3-8; 19.4-6; 23.20-25). Uma promessa que deve ser guardada no coração: "Agora, se diligentemente ouvirdes a minha voz, e guardardes a minha aliança, sereis a minha propriedade peculiar dentre todos os povos...vós me sereis reino sacerdotal e nação santa" (Êx 19.5-6). O pacto foi fechado quando o povo declarou: "Tudo o que o Senhor falou, faremos" (Êx 24.3). Deus requer de nós o firme propósito de acatarmos os termos de sua aliança. As leis que deveriam ser obedecidas eram a lei moral (aqui incluídos os Dez Mandamentos), a lei civil, a lei cerimonial.

RENOVAÇÃO DA ALIANÇA NAS PLANÍCIES DE MOABE

Antes da entrada na terra prometida, e após percorrerem o deserto durante 39 anos, os termos do concerto foram relembrados. A finalidade era de dar conhecimento das promessas divinas aos que nasceram durante a peregrinação, e fortalecer espiritualmente o povo para enfrentar o desafio conquistar a nova terra (Deuteronômio 4.44-26.19; 31.1-33.29). Os capítulos 27 e 28 tratam das maldições e das bênçãos decorrentes da rebeldia ou da obediência. CONCERTO COM DAVI - O resultado mais imediato da aliança davídica foi o estabelecimento do reino do filho de Davi, Salomão, que deveria edificar um templo para o Senhor (2 Samuel 7.11-13); o reinado de Davi passaria aos seus descendentes: "Fiz aliança com o meu escolhido; jurei ao meu servo Davi: a tua descendência estabelecerei para sempre e edificarei o teu trono de geração em geração" (Salmos 89.3-4). A condição para o cumprimento dessas bênçãos seria a fiel obediência de Davi e de seus descendentes. A vinda de um Rei messiânico e eterno, da linhagem de Davi, estava implícito nesse concerto (Isaías 9.6-7). "Do trono de Jessé brotará um rebento, e das suas raízes um renovo frutificará (Isaías 11.1; Miquéias 5.2-4). Esse novo Rei seria chamado "O SENHOR, Justiça Nossa" (Jeremias 23.5-6).

A NOVA E ETERNA ALIANÇA EM CRISTO

A promessa de uma nova aliança está em Jeremias 31.31-33: "Vêm dias, diz o Senhor, em que farei uma aliança nova com a casa de Israel e com a casa de Judá... porei a minha lei no seu interior, e as escreverei no seu coração. Eu serei o seu Deus, e eles serão o meu povo." A nova aliança foi selada com o sangue de Jesus, com seu sacrifício voluntário, com sua morte expiatória: "Isto é o meu sangue, o sangue da nova aliança, que é derramado por muitos, para remissão de pecados" (Mateus 26.28). A nova aliança é superior à antiga: "Mas agora alcançou ele ministério tanto mais excelente, quanto é mediador de UM MELHOR CONCERTO, que está confirmado em melhores promessas" (Hebreus 8.6). E as melhores promessas são: os que se arrependem têm seus pecados totalmente perdoados (Hebreus 8.12); um novo coração e uma nova natureza recebem aqueles que verdadeiramente amam e obedecem a Deus (Ezequiel 11.19-20); são recebidos como filhos de Deus (Romanos 8.15-16); têm experiência maior em relação ao Espírito Santo (Joel 2.28; Atos 1.5,8).

Como vimos, de aliança em aliança Deus prosseguiu na execução do seu plano de salvação dos homens, sempre oferecendo novas oportunidades. A primeira manifestação desse plano está em Gênesis 3.15: "E porei inimizade entre ti e a mulher, e entre a tua descendência e o seu descendente; este te ferirá a cabeça, e tu lhe ferirás o calcanhar." Para isso, "Deus mandou o seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna."(João 3.16). Já não é mais necessário sacrifício de animais para reparar nossas culpas, como no antigo concerto. O sangue do "Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo" manifestou-se por um ato único, perfeito e eficaz; o sacrifício voluntário de Jesus Cristo abriu o caminho da reconciliação do pecador com Deus.

Modelo Epigenético

CONCEITO DA GRAÇA E DA LEI

Escreveu o apóstolo João: "Porque a lei foi dada por intermédio de Moisés; a graça e a verdade vieram por meio de Jesus Cristo" (João 1:17). Na economia de Deus, a lei foi exposta em primeiro lugar e a graça posteriormente. O Antigo Testamento é dominado pela grande realidade da lei de Deus, tal como o Novo Testamento é dominado pela graça de Deus. Porém, como relacionar a graça com a lei, visto que a lei veio antes da graça? O Novo Testamento revela dois pontos de vista que erram quanto a isso, a saber: o legalismo e o antinomianismo.

O legalismo (abordado em Romanos 4 e 9-11; Gálatas 2-5 e Colossenses 2) frutifica a graça divina, por buscar a retidão mediante a religiosidade e as obras da lei, encarando-as como parte do fundamento de nossa aceitação diante de Deus, justamente com os méritos de Cristo. Paulo, todavia, insistia contra isso, dizendo que a fé em Cristo para a salvação é uma confiança exclusiva, de tal modo que uma professada confiança em Cristo que não exclua totalmente a autoconfiança não é fé real, aos olhos de Deus. Por esta causa veio a advertência pauliana aos gálatas judaizantes, os quais achavam que precisavam suplementar a sua fé em Cristo com o ato de serem circuncidados: "De Cristo vos desligastes, vós que procurais justificar-vos na lei, da graça decaístes" (Gálatas 5:4). A observância da lei não desempenha qualquer papel na justificação. Esta se realiza exclusivamente pela fé, pois acha-se somente em Cristo e através dEle, e é somente pela graça. Confiar nas próprias obras, juntamente com a obra de Cristo, desonra-O, frustra a graça e priva a pessoa da vida eterna (cf. Gálatas 2:21 e 5:2).

No outro extremo o antinomianismo (abordado em Romanos 6; 2Pedro 2 e 1João) erra por transformar "em libertinagem a graça de nosso Deus" (Judas 4). Enquanto o legalista exalta de tal modo a lei que chega a excluir a graça, o antinomiano é fascinado pela graça ao ponto de perder de vista a lei, como uma regra de vida. Ele argumenta que, visto que os crentes estão "libertados da lei" (Romanos 7:6) e não debaixo da lei, e, sim, da graça (Romanos 6:15), com o perdão eterno já em sua posse, não mais importa que tipo de vida eles levem. Embora o legalismo e o antinomianismo, segundo certo ponto de vista, sejam pólos opostos de erro, há, na teologia, e freqüentemente na experiência, um elo de ligação entre eles: ambos procedem da mesma falsa suposição de que o único propósito da observância da lei é obter justiça diante de Deus. Assim sendo, o legalista ocupa-se em estabelecer sua própria justiça, ao passo que o antinomiano, regozijando-se no dom gratuito da

justificação pela fé, não vê razão alguma para guardar a lei. Muitos dos antinomianos, na história, têm saído do legalismo por reação ao mesmo. Ambos os erros, porém, são respondidos assim que percebemos que a lei moral expressa a vontade de Deus para o homem em sua condição de homem. Jamais teve a finalidade de servir como um método de salvação (e, de qualquer forma, é inútil para esse propósito). A lei foi dada para guiar os homens na vida de piedade. E a graça, ao mesmo tempo que condena a justiça própria, estabelece a lei como regra de conduta. Escreveu Paulo: “Porquanto a graça de Deus se manifestou salvadora a todos os homens, educando-nos para que, renegadas a impiedade e as paixões mundanas, vivamos no presente século, sensata, justa e piedosamente” (2 Timóteo 2:11,12). Essa é a resposta final ao antinomianismo: a graça estabelece a lei.

Uma variante do recuo antinomiano em relação à lei é a reivindicação de que os crentes não têm qualquer necessidade ou dever de regularem suas vidas pela lei, visto que seus recursos em Cristo são suficientes para guiá-los. Assim, Lutero asseverou que a fé cristã naturalmente produz boas obras (ou seja, amor e serviço), por meio do impulso instantâneo. J. A. T. Robinson afirmou que o amor cristão traz embutida uma bússola moral, de tal modo que não precisa firmar-se sobre regras bíblicas, nem precisa necessariamente ser guiado por elas. Muitos têm falado sobre isto como se o impulso do Espírito, na consciência do crente, suplantasse inteiramente as instruções da lei.

Aqueles que tomam essa posição, frisam corretamente a espontaneidade interior da vida cristã genuína, bem como a criatividade ética do amor. Porém, eles separam o que Deus uniu, a saber, a obra do Espírito Santo em ensinar e a Palavra pela qual Ele o faz. O Espírito continua a gravar a lei de Deus em nossos corações durante toda nossa vida, instruindo-nos pelas Escrituras nos padrões de Deus e fazendo-nos julgar quão distante temos ficado da perfeição moral e espiritual que esses padrões incorporam. Em suas cartas, Paulo não só nos ensina acerca de Cristo e do Espírito Santo, mas, normalmente na segunda metade delas exercita crentes nos princípios éticos — isto é, na lei, conforme ela se aplica aos crentes (cf. Romanos 12-15; Gálatas 5-6; Efésios 4:17-6:9; Colossenses 3:1-4:6). Seria arriscado tentar ser mais sábio do que Paulo, em nossa maneira de ensinar a vida cristã.

Se nos lembrarmos que, como crentes, servimos a Deus não para adquirirmos a vida, mas por já termos a vida, como seus filhos e filhas já justificados e adotados, então não cairemos no legalismo que esses mestres temem; antes, veremos a lei de Deus como o código de normas da família e nos regozijaremos em procurar vivê-la desta forma, agradando ao nosso Pai celeste, que nos amou e nos salvou.

Paulo escreveu: “Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus. Não de obras para que ninguém se glorie. Pois somos feitura dEle, criados em Cristo Jesus para boas obras, as quais Deus de antemão preparou para que andássemos nelas” (Efésios 2:8-10). A doutrina paulina da graça gratuita e soberana tanto humilha a soberba dos legalistas, que são justos aos seus próprios olhos, como condena a lassidão preguiçosa e irresponsável dos antinomianos. Entendido corretamente, esse ensino gera uma jubilosa segurança e uma incansável energia no serviço de nosso Salvador. Foi dito com muita propriedade que, no Novo Testamento, a doutrina é a graça, a ética é a gratidão (Romanos 12:1); e nosso Senhor ensinou que a pessoa que mais ama é aquela que é mais consciente do amor por ela demonstrado

(Lucas 7:40ss.). O mundo veria muito mais piedade prática do que está vendo, se os crentes de nossos dias conhecessem mais acerca da graça de Deus.

CONCEITO DA SALVAÇÃO

Salvação é palavra de profundo significado e de infinito alcance. Muitos têm uma concepção muito pobre da inefável salvação consumada por Jesus, o que às vezes reflecte uma vida espiritual descuidada e negligente, onde falta aquele amor ardente e total por Jesus, e a busca constante de sua comunhão.

Em Efésios 6, quando o apóstolo discorre sobre a armadura de combate do soldado cristão, fala do capacete da salvação (v.17). O capacete cobria totalmente a cabeça, protegendo-a. Isso fala da plenitude do conhecimento e da experiência da salvação.

Salvação não significa apenas livramento da condenação do Inferno. Ela abarca todos os actos e processos redentores e transformadores da parte de Deus para com o homem e o mundo através de Jesus, o Redentor, nesta vida e na outra.

Salvação é o resultado da redenção efectuada por Jesus. Redenção foi o meio que Deus proveu para livrar o homem dos seus pecados. Salvação é o usufruto desse Livramento. No sentido comum e limitado, Salvação significa a obra que Deus realiza instantaneamente no pecador que a Ele se entrega, perdoando-o e regenerando-o. Porém, a Salvação tem sentido e alcance muito mais vasto. Assim considerada, significa o pleno livramento da presença do pecado e suas consequências, o que somente ocorrerá na glória celestial. Nesse sentido, a Salvação alcança também outras esferas além da humana (Cl 1: 20).

A Salvação foi planejada por Deus Pai (Ap. 13: 8 e I Pe. 1: 18-20). Deus Filho consumou-a (Jo 19: 30 e Hb 5: 9). O Espírito Santo aplica-a ao pecador (Jo 3: 5; Tt. 3: 5 e Rm. 8: 2). Tudo por graça (Ef. 2: 8).

Milhares de filhos de Deus são hoje salvos por Jesus, mas ainda não examinaram detalhadamente a sublimidade desta salvação em seus dois sentidos: objectivo e subjectivo. A Salvação que Jesus efectuou no Calvário é tão rica, profunda e grandiosa que somente na outra vida é que começamos a entender de facto o seu infinito alcance. Quando as eras futuras começarem o seu curso na glória celestial, começaremos a compreender as riquezas infinitas desta Salvação em Jesus Cristo (Ef. 2: 7; 3: 8).

Vejamos a salvação em si, do ponto de vista objectivo, considerando Deus como doador e o homem como o recipiendário. Nesse sentido, ela tem três aspectos, todos simultâneos: justificação, regeneração e santificação. Uma pessoa verdadeiramente justificada é também regenerada e santificada.

JUSTIFICAÇÃO

Justificação é um termo judicial. Fala de quebra da Lei (I Jo. 3: 4). Ele é o acto de transformação ou mudança de estado do pecador, perante Deus, operada por Ele mesmo. A justificação tem carácter exterior. Deus é o juiz, Cristo é o advogado e o homem, o réu. A transgressão da Lei de Deus é o pecado cometido.

O resultado da justificação na vida do novo crente é a mudança de posição perante Deus. De condenado que era, o homem passa a justificado. Na justificação, o homem entra em boas relações com Deus quanto às suas leis, pois Ele é justo (Rm. 5: 1; 8: 1-4). A justificação é um acto divino fora do indivíduo, enquanto a regeneração ocorre no interior da criatura.

É muito maravilhoso o modo como Deus providenciou e efectua a nossa justificação. A justiça de Cristo é creditada à nossa conta espiritual (Rm. 3: 24-28). Romanos trata desse assunto de modo completo e majestoso.

Para a nossa justificação: a) Deus, em sua graça, colocou Seu Filho em meu lugar, e, na cruz, transferiu minhas culpas e crimes para ele; b) Jesus morreu voluntariamente por mim; c) Eu preciso aceitar, por fé, este único método divino de justificação do ímpio (Rm. 4: 5), confessando a Jesus como meu Salvador (Rm. 10: 9).

Assim, sem ultrajar sua perfeita justiça, Deus justifica o ímpio (aparentemente um absurdo), substituindo o culpado pelo inocente (Cristo), transferindo minhas culpas para Ele. Deste modo, Deus proveu a justificação para mim e para ti, mediante substituição e transferência, tudo por Cristo. Legalmente, não deveria haver misericórdia para com o culpado. Deveria ele ser punido. Porém, em virtude do sacrifício de Cristo, Deus, o Justo Juiz, faz justiça, perdoando o penitente que a Ele vem com fé. Assim, essa justificação por Jesus só é efectivada na vida do pecador que o aceitar como seu Salvador. Somente aceitando Jesus o pecador entra no plano divino para Sua Salvação.

Vê-se, assim, que, no sentido bíblico, justificar é mais do que perdoar. O perdão remove a condenação do pecado, e a justificação nos declara justos. Um juiz terreno ou chefe de Estado pode perdoar um criminoso, mas não pode colocá-lo nunca em posição igual à daquele que nunca transgrediu a lei. Mas o nosso Deus pode e faz isso. Deus tanto perdoa o pecador, como justifica-o. Isto é, trata-o como se nunca tivesse pecado! Aleluia ao Trino Deus! E tal facto ocorre no momento em que o pecador arrependido aceita Jesus como seu Salvador pessoal. Aqui no mundo, um criminoso nunca mais receberá a consideração de justo por parte dos seus semelhantes, mas Deus declara justo o pecador que Ele justificar. Sim! “Justificado!” – é o veredicto divino. Quem pode agora nos condenar se é Deus quem nos justifica? (Rm. 8: 33-34). Aleluia!

Como é possível um Deus justo justificar um ímpio? (Rm. 4: 5). Já tentámos explicar: substituindo o culpado pelo inocente, o pecador pelo justo, e transferindo a culpa de um para o outro. Foi o que aconteceu no Calvário. Não foram os soldados romanos que levaram Jesus ao Calvário e o ocasionaram sua morte, mas os meus e os teus pecados. Sua vida não foi tomada. Ele a deu como sacrifício para nos redimir.

É evidente que justificar é mais do que perdoar. Pela justificação o crente é declarado justo. A origem da justificação é a graça de Deus (Rm. 3: 24 e Tt. 3: 7). A base da justificação é o sangue de Jesus (Rm. 5: 9). O meio da justificação é a fé que vem por Jesus (Rm. 3: 28; 5: 1).

REGENERAÇÃO

Regeneração é um termo relacionado à família. Tem a ver com a nossa inclusão na família divina. É o acto interior operando na alma, pelo Espírito Santo. É a nova vida em Cristo, o novo nascimento. Sendo regenerado pelo Espírito Santo, o crente é filho de Deus. O lado externo da regeneração é a conversão, isto é, aquilo que o mundo vê ou percebe. Conversão é a mudança externa da pessoa, seu procedimento resultante da regeneração, a qual é a mudança interna na alma. A regeneração é a causa a conversão o efeito. Há um sentido em que a conversão não é total /Mt. 18: 3; Lc. 22: 32; Tg. 5: 19).

O que ocasiona a regeneração não é a justificação, mas a comunicação da vida de Cristo. A justificação é imputada; a regeneração é comunicada. Justificação tem a ver com o pecado; regeneração, com a natureza. Justificação é algo feito a nosso favor; regeneração é algo operado em nós.

O resultado da regeneração é a mudança de condição – de servo do pecado e do Diabo para filho de Deus (Jo. 1: 12, 13; 3: 3; Tt. 3: 5). Pela regeneração o crente é declarado filho de Deus.